

Parlamentares decidem hoje se adiam recesso de julho

A Mesa da Câmara deverá decidir hoje se vai ou não adiar o recesso parlamentar de julho. O assunto ganha relevância, pois em ano eleitoral será praticamente impossível garantir quórum no Congresso a partir de meados de setembro, quando a corrida presidencial alcançar ritmo mais veloz. E como em 90 a eleição será no próprio Legislativo, deputados e senadores já sonhando com a reeleição, têm fortes motivos para não deixar a Constituição capenga e prometem esforços para viabilizar a elaboração e votação das 155 leis complementares à nova Carta, promulgada em outubro do ano passado.

“Moralizar não é só cassar mandato e cortar salários, mas mostrar que a Casa está trabalhando, e não inerte como muitos insistem em afirmar”, desabafou o 1º vice-presidente, deputado Ino-

cêncio de Oliveira (PFL/PE). Aliás, o primeiro passo para se concretizar esta investida do Congresso será a discussão e votação do novo Regimento Interno da Câmara e Senado Federal. Amanhã, o relator da matéria, Inocêncio de Oliveira, promete submeter seu parecer ao substitutivo, com ou sem acordo de líderes, ao plenário da Câmara.

O projeto de regimento interno, que há mais de quatro meses ainda não saiu da fase de elaboração, promete incluir alguns dispositivos que racionalizem o processo de tramitação de projetos de lei, acelerando sua chegada ao plenário para votação. Para tanto, o projeto deverá conceder maior autonomia e poder às Comissões Técnicas. “Mas temos que acabar com este Colégio de Líderes, que gasta imenso tempo, na maioria das vezes não chega ao acordo e deixa

mais de 500 congressistas como figurantes secundários, que só entram em cena no momento em que os atores principais desejam”, disparou o deputado Konder Reis (PDS/SC).

Sobre a mesa da Câmara existem dois pedidos de adiamento e transferência do recesso parlamentar. O primeiro, de autoria do deputado Antonio Britto, pede o recesso após as eleições presidenciais, e o segundo, do “tucano” Jorge Hage, sugere o recesso para outubro, véspera das eleições. “Com todo este desgaste dos políticos, com denúncias de corrupção fisiologismo e inépcia, será muito difícil alguém conseguir sua reeleição”, previu o petista Paulo Paim (PT/SP). Nos quadros abaixo, os projetos prioritários para regulamentação da Constituição e os pontos consensuais do Regimento Interno.

Prioridades Consensos e divergências

Regimento Interno

- Permissão para que os deputados participem de mais de uma comissão técnica.
- Suspensão de 30 dias para deputados que faltarem a dez sessões ordinárias deliberativas consecutivas ou a 45 alternadas.
- Apresentação de emendas de plenário para projetos aprovados pelas comissões técnicas.
- Ministros de Estado não podem participar de sessões secretas da Câmara para deliberar sobre a atuação ou sobre denúncias em que estejam envolvidos.
- Criação de uma Procuradoria Parlamentar, formada por deputados, para julgar os próprios parlamentares em questões de ética ou decoro.
- Criação de uma assessoria legislativa única, com abertura de concurso público para contratação de 60 técnicos.
- Proibição de fumar no plenário.
- Permissão para criar blocos parlamentares, com representantes de quaisquer partidos políticos.
- Ex-deputados terão direito a todos os serviços da Câmara.
- Fixação de cinco CPIs em cada ano.
- Número de comissões técnicas — hoje são 16 e várias emendas pretendem reduzir este número.
- Criação do colégio de líderes.
- Questão de ordem em plenário — as esquerdas querem que, mesmo que não seja acatada pelo presidente, seja encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça.
- Criação de um Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Regulamentação

- Definição de pequena propriedade rural
- Despedida arbitrária sem justa causa
- Participação nos juros
- Condições de elegibilidade
- Casos de inelegibilidade
- Definição de terras devolutas
- Prazos para entrega, pelos Estados, de receitas tributárias aos municípios
- Limite máximo de remuneração dos servidores públicos
- Isonomia de vencimentos entre Poderes
- Conselho de República
- Conselho de Defesa Nacional
- Medidas coercitivas
- Impostos sobre grandes fortunas
- Tratamento preferencial a empresas brasileiras de capital nacional
- Utilização dos títulos da dívida agrária
- Política agrícola
- Sistema Financeiro Nacional
- Competência do Sistema Único de Saúde
- Previdência Social
- Plano Nacional de Educação
- Comunicações
- Seguro-desemprego
- Código de Defesa do Consumidor